

## **OS MAPAS ESTATÍSTICOS DE MINAS GERAIS: IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CONSUMO, PRODUÇÃO E REFORMAS ECONÔMICAS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

Cláudia Maria das Graças Chaves

Levantar os mapas estatísticos das importações e exportações de cada capitania e acompanhar por eles os vínculos internos de comércio estabelecidos entre cada região seria a forma ideal de conhecer o processo de integração de mercado. Entretanto, qualquer tentativa nesse sentido esbarra na inconstância das informações. Para o caso de Minas Gerais<sup>1</sup>, mesmo quando existem séries completas para um determinado período, as bruscas variações nos dados, além da multiplicidade na descrição dos pesos e medidas, levam-nos a desconfiar de sua precisão. Se mesmo os contemporâneos desconfiavam dos “erros e paixões” que seriam produzidos por funcionários encarregados de registrar as informações, o que não podemos pensar dos múltiplos interesses e dos usos que se poderia ser feito de tais informações? É pensando nas falhas, em ausências e nos comprometimentos das séries estatísticas dos mapas de importação e exportação que pretendo retratá-los a partir da contextualização de sua produção, isto é, as circunstâncias que envolveram a chegada da família real no Brasil e todos os projetos de reformas no Brasil. O que significou a potencialidade de organizar o mercado interno brasileiro através do incentivo às manufaturas, à construção e melhoria dos caminhos, da integração de áreas distantes e desvinculadas dos circuitos mercantis tradicionais e do aumento das agroexportações brasileiras.

---

<sup>1</sup> Não localizei nos arquivos consultados (São Paulo e Bahia), nem mesmo no Arquivo Nacional, indícios de outras séries de mapas de importação e exportação para outras capitanias (mapas que englobassem toda a capitania). Osório (1999) cita os mapas de importação e exportação do Rio Grande do Sul, embora ela não descreva as séries documentais, pelo menos é possível saber da existência desse conjunto para outras capitanias. Para o caso de São Paulo a uma referência de Eduardo Schnoor em seu artigo Publicado no livro *Revisão do Paraíso*, organizado por Mary Del Priore (Campus, 2000). Ele apenas menciona o “Mapa comparativo da importação e exportação da capitania de São Paulo no ano de 1801”, mas não dá referência da fonte. Mesmo no caso de Minas Gerais, essa documentação encontra-se totalmente dispersa em fundos diferenciados, sendo parte encontrada nos “avulsos” da Seção colonial e Secretaria de Governo (documentação organizada na década de 1980/90 e que se encontra em fase de inventário documental), na Presidência da Província e nos avulsos do Arquivo da Casa dos Contos. Localizá-los é um verdadeiro trabalho de “garimpagem”. Nos mesmos fundos, encontramos dispersos os mapas anuais de população das vilas e arraiais mineiros pàs as primeiras décadas do século XIX. No caso dos mapas de importação e exportação, consegui parte do levantamento através da documentação reproduzida pelo Professor Douglas Colle Libby, que gentilmente os cedeu.

Mesmo com todos os problemas, considerei ser imprescindível cotejar as informações contidas nos mapas para, no seu conjunto, fazer um balanço dos intercâmbios comerciais, das produções e do mercado interno da colônia nos anos que precederam à construção de um mercado nacional. O ponto de partida foi os mapas produzidos por Minas Gerais e seus vínculos com as demais capitanias e mercados externos. Apesar de se tratar de apenas um recorte no vasto território que viria a se constituir o Brasil imperial, penso que é possível considerar, a partir desta região, as possibilidades de interiorização e conexão das áreas litorâneas com as ilhas de povoamento internas.

Começamos com as regiões de intercâmbio comercial de Minas Gerais. Minas exportava seus produtos para: a Capitania do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Cantagalo, Campos de Goitacazes, Porto das Caixas, São Fidélis, Aldeia da Pedra), São Paulo, Bahia, Pernambuco (via Rio São Francisco), Lisboa, Porto, Ilha Terceira, São Miguel ; Importava produtos de: Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Cantagalo, Campos de Goitacazes), Bahia, São Paulo, Pernambuco, Lisboa, Porto, Madeira, São Miguel, Moçambique, Angola, Costa da Mina. Além disso, por Minas passavam os produtos que eram importados ou exportados por Goiás e Mato Grosso. Os pontos de chegada ou saída de Minas eram: Barra do Pomba (ligação da Zona da Mata com a Capitania do Rio de Janeiro); Mantiqueira (principal elo de ligação de Minas com o Rio de Janeiro através da Estrada Real); Campanha do Toledo, Jaguarí e Jacuí (ligação do sul de Minas com a Capitania de São Paulo); Rio Preto (outro canal de ligação de Minas Gerais com o Rio de Janeiro e mercados externos); Rio Pardo (ligação de Minas Novas – Nordeste de Minas – com a Capitania da Bahia); Porto do Cunha (também interligava a Zona da Mata mineira ao Rio de Janeiro); Itajubá (ligava o sul de Minas a São Paulo e Rio de Janeiro); Malhada (principal elo de ligação do sertão e Norte de Minas às Capitanias da Bahia e Pernambuco). A partir do quadro abaixo, é possível visualizar melhor as séries documentais disponíveis no Arquivo Público Mineiro:

**Quadro 1 – Relação de localidades e produtos importados e exportados por Minas Gerais (1805-1832)**

Locais de saídas e entradas	Período de registros	Principais produtos importados	Locais de origem	Principais produtos exportados	Locais de destino
Porto do Cunha	1818, 1819, 1821, 1824	Bacalhau, bestas, cera, chapéu, chumbo, cobre, escravo, farinha de trigo, fazenda seca, ferro, meias de seda, pano de algodão, pano de lã, pano de linho, pano de seda, sal, vinagre, vinho.	Rio de Janeiro, Cantagalo, Rio Novo, Pomba, indefinido, Piranga, Barbacena, Mariana, Campos dos Goitazes, Porto das Caixas,	Açúcar, aguardente do reino, algodão em caroço, algodão em rama, animais de carga e sela, azeite de mamona, bacalhau, café, carneiro, escravo, farinha de trigo, fumo, gado, galinha, panos de algodão, pano de lã, pano de linho, pano de seda, poaia, porco, queijo, sabão, sal, salitre, tabaco, toucinho, vinagre, vinho.	Rio de Janeiro, portos estrangeiros.
Itajubá	1821	Aço, açúcar, aguardente da terra, aguardente do reino, besta, cera, chumbo, cobre, escravo, farinha de trigo, fazenda seca, ferragem, ferro, louça, pano de algodão, rapadura, sal.	Rio de Janeiro, São Paulo.		Indefinido
Jaguari	1815-1819, 1821	Aço, açúcar, aguardente da terra, algodão em caroço, bacalhau, bestas, cavalo, chumbo, escravos, fazenda seca, ferro, louça, rapadura, sal, vinagre, vinho	Lisboa, Porto, Ilha Terceira, São Miguel, Portos estrangeiros, indefinido.	Arroz, farinha de milho, farinha de trigo, feijão, fumo, gado, galinha, porco, queijo, toucinho, trigo,	Portos estrangeiros, Indefinido.
Jacuí	1805, 1806, 1821	Aço, aguardente do reino, bestas, cavalo, chapéu, drogas e remédios, escravos, estribos de ferro, ferro, linhas, louça, pano de algodão, pano de lã, pano de linho, pano de seda, poaia, retrós, sal, vinho.	São Paulo	Açúcar, aguardente da terra, algodão em caroço, algodão em rama, gado, pano de algodão, porco,	São Paulo
Campanha do Toledo	1805, 1806, 1815-1819, 1821-1827, 1830-1832	Aço, açúcar, aguardente da terra, algodão em rama, bacalhau, bestas, cavalos, cera, chapéu, chumbo, cobre, enxofre, escravo, farinha de trigo, fazenda seca, ferro, louça, pano de algodão, peixe salgado, papel, rapadura, sal, trigo, vinagre, vinho,	São Paulo.	Algodão em rama, arroz, azeite de mamona, farinha de milho, farinha de trigo, feijão, fumo, gado, galinha, milho em grão, porco, queijo, toucinho, trigo,	São Paulo, Comarca do Rio das Mortes, Indefinido.
Rio Pardo	1815-1819, 1821, 1822, 1824-1827, 1829-1832	Aço, Bacalhau, bolacha, cera, chapéus (finos e grossos), chumbo, cobre, drogas e remédios, escravos, fazenda seca, ferro, frascueiras, fumo, louça, pano de linho, sal, vinho.	Bahia.	Algodão em rama, bestas, café, cavalo, couro, fumo, gado, mantas de algodão, panos de algodão, rede, toucinho.	Bahia.

Malhada	1816, 1817, 1819, 1821	Balaio, escravo, fazenda seca, ferragem, ferro, fumo, molhados, sal, tabaco, vinho.	Bahia, Pernambuco.	Açúcar, aguardente da terra, algodão em caroço, algodão em rama, arroz, azeite de mamona, café cavalo, colcha couro, farinha de milho, feijão, fumo, gado, marmelada, milho em grão, pano de algodão, rapadura, sola, tábuas, toucinho.	Bahia, Pernambuco.
Rio Preto	1805, 1815-1819, 1821-1827, 1829-1832	Aço, aguardente da terra, aguardente do reino, arame, azeite doce, azeitona, bacalhau, bestas, bolachas, café, cavalo, cera, chapéu, chumbo, cobre, drogas e remédios, enxada, enxofre, escravos, espingardas, farinha de trigo, fazenda seca, ferragens, ferro, folha de flandres, frásqueiras, fumo, louça, miudezas, óleo, papel, passas e figos, prego, rapadura, sal, salsa, trigo, vinagre, vinho.	Rio de Janeiro, São Paulo.	Açúcar, aguardente da terra, algodão em rama, algodão fino, animais de carga e sela, azeite de mamona, azeite doce, bestas, botinas, cabra, cadaço de algodão, café, canas-tras, canudos, carneiro, cavalo, cera, chapéu, chapéu fino, chicote, colchas, couro de boi e veado, estribos de ferro, farinha de milho, feijão, fumo, gado, galinha, manteiga, marmelada, milho em grão, pano de algodão, pano de algodão riscado, patos, perdzizes, pitos, pólvora, porco, queijo, rapadura, rede, sabão, sal, salitre, sela, sola, toalha de algodão, toucinho, trigo.	Rio de Janeiro.
Barra do Pomba	1815-1819, 1824, 1827, 1828, 1832	Bestas, cavalo novo, chumbo, escravos, fumo, sal, vinho.	Campos dos Goitacazes, indefinido, Angola, Rio de Janeiro,	Azeite de mamona, boiuna, café, cavalo novo, chicote, colchas, couro, estribo de ferro, farinha de trigo, fumo, gado, galinha, marmelada, pano de algodão, poaia, pólvora, queijo, porco, sabão, sola, tabaco, toucinho,	Campos dos Goitacazes, Cantagalo, São Fidélis, Aldeia da Pedra, Rio de Janeiro,
Mantiqueira	1815, 1816, 1819	Aço, aguardente da terra, aguardente do reino, azeite doce, azeitona, bestas, cera, cerveja e licor, chá, chapéu, chocolate, chumbo, cobre, drogas e remédios, enxofre, escravo, especiaria, estanho, espingarda, fazenda seca, ferro, folha de flandres, latão e arame, louça, maçã, manteiga, massas, pano de lã, de linho e de seda, papel, passas e figos, peixe salgado, pólvora, prata, pre-sunto e pato, sal, vinagre, vinho.	Rio de Janeiro, São Paulo.	Açúcar, algodão em rama, alho, amil em pedra, azeite de mamona, café, carneiro, cavalo, cera, chapéu, chicote, cinta de algodão, couro, esmeril de tinteiro, farinha de trigo, gado, galinha, gamela, manta de algodão, marmelada, pano de algodão, poaia, porco, queijo, sabão, salitre, sola, tabaco, toucinho, vergalhos,	Rio de Janeiro, São Paulo.

Fonte: Avulsos da Seção Colonial e da Secretaria de Governo, Avulsos do Arquivo da Casa dos Contos e Presidência da Província do APM.

A falta de seqüência de periodicidade dos mapas não parece, a princípio, decorrer da não elaboração dos documentos, mas, sim, da dispersão desses registros, até mesmo dentro do próprio Arquivo Público. Um documento, elaborado por um funcionário do Arquivo Público Mineiro, provavelmente no final do século XIX, traz um “Resumo da importação e exportação de alguns registro da Capitania e província de Minas Gerais com os seus valores respectivos extraídos dos mapas parciais e incompletos existentes no Archivo Público Mineiro”<sup>2</sup>. Por este documento, é possível perceber que outros mapas foram consultados, os quais continuam dispersos em outros fundos, ou simplesmente, não existem mais. Da mesma maneira, tive acesso a mapas que não constam do “Resumo”, tornando-o, portanto, incompleto mesmo para o conjunto de mapas existentes naquela instituição.

Todas as lacunas existentes, no entanto, tornam-se secundárias, se tivermos em vista que o conjunto de dados, mesmo se estivessem completos, não nos daria um parâmetro de verificação sobre o crescimento ou desenvolvimento econômico de Minas Gerais, se não temos os mesmos referenciais para as outras capitanias e nem sequer dados concretos sobre o volume total de produção e dados populacionais mais precisos. Sua utilização não se refere, portanto, a uma tentativa de mensurar o volume de importação e exportação de Minas Gerais no conjunto da colônia; nem à tentativa de saber se sua economia lhe garante um papel específico no conjunto agroexportador escravista ou mesmo se sua estrutura agropecuária define-se a partir ou à margem da produção mineral<sup>3</sup>.

O melhor resultado, ou efeito, desses mapas estatísticos é a compreensão dos valores atribuídos aos produtos exportados e/ou importados, pois, via de regra, quando quase nenhum padrão existia, a hierarquia da apresentação dos produtos era sempre respeitada, fosse qual fosse a região. Outro detalhe importante era a apresentação dos resultados em arrecadação colocados de forma destacada quando os valores resultantes

---

<sup>2</sup> PP 1/49, cx. 16, doc. 12, APM.

<sup>3</sup> Ver: Ângelo Alves Carrara, *A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária*, *História econômica & História de empresas*, III, 2 (2000). pp. 47-63. Neste artigo, o autor procura estabelecer um modelo de análise para uma sociedade agrária, no entanto, desvinculada de um conjunto territorial mais amplo, com categorias analíticas mais próximas da história econômica européia e, finalmente, concede um amplo período temporal à Capitania mineira.

da exportação superavam os valores derivados das importações, mesmo quando o contrário acontecia chama-se a atenção para os volumes diferenciados.

Invariavelmente a lista de exportações era encabeçada pelo gado, toucinho, queijo e algodão, no fim da lista apareciam o azeite de mamona, solas, chapéus e açúcar. Embora nem sempre fosse dada essa ordem exata dos produtos, a hierarquia permanecia para os “principais” produtos. No rol dos importados, os mais importantes eram: sal, escravos e vinho. Quanto aos valores dos impostos cobrados pela circulação das mercadorias, era comum que um balanço trimestral acompanhasse os mapas de importação. No caso do registro do Rio Preto, que interligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro e, eventualmente, a São Paulo, os valores referentes à exportação eram superiores, à exceção do ano de 1819, aos valores referentes à importação. Essa é a maior e a mais completa das séries de mapas localizados, concentrando o maior volume de produtos comercializados por Minas. O total dos importes pagos por exportação de produtos é de 2:075.550\$270, e o de importações é 1:597.219\$065 - isto é, o percentual do saldo é de 23% sobre o valor exportado.

Para os demais registros, torna-se difícil analisar os dados relativos aos importes pagos, pois, quando as séries são muito incompletas, elas nem sempre trazem os valores cobrados, ou, o que é pior, alguns mapas trazem apenas as somas de importação e/ou de exportação, o que poderia nos induzir a subestimar um desses fluxos comerciais.

Dos dados que temos, é possível estabelecer o seguinte desempenho dos registros: a) Na Campanha do Toledo os valores das exportações representam 56% dos valores das importações, isto é, as rendas da importação são maiores que da exportação; b) Na Barra do Pomba, os valores das importações representam 11% das exportações, demonstrando um movimento contrário ao da Campanha de Toledo - aqui as rendas das exportações predominam; c) O mesmo acontece em Itajubá, onde as importações representam 0,6% das exportações; d) Em Jacuí, ao contrário, as rendas das importações são superiores às rendas das exportações, as quais representam 70% do valor das importações; e) Para Jaguari, as importações representam 80% do valor das exportações, se aproximam, mas as rendas da exportação são maiores; f) Também no Rio Pardo, as rendas das exportações superam, as importações, as quais representam apenas 31% do valor daquelas; g) Pelo contrário, em Malhada, as exportações representam 32% dos valores das importações, sendo, portanto bem inferiores às rendas das importações; h) Na

Mantiqueira, as rendas das importações também superam as rendas das exportações, as quais equivalem a 50% do valor daquelas.

Resumindo, de todos os valores conhecidos, as exportações somam 2:853.126\$000 e as importações 2:634.429\$000. Não há uma diferença muito grande, embora esses resultados não possam ser conclusivos, uma vez que as fontes são incompletas e parciais. Apenas eles nos apontam que em termos de valores, e não de volumes ou de variedades de produtos, as exportações são equivalentes ou ligeiramente superiores às importações, o que já demonstra a força de sua economia interna, não cabendo aqui as terminologias tais como: economia mercantil de subsistência ou excedentes comercializáveis. Há um mercado visível e revelador das riquezas e concentrações de capitais e trabalho nas atividades produtivas.

Alguns registros apontam determinados artigos tanto na lista de importados como na lista de exportados, este é, por exemplo, o caso do Porto do Cunha e Campanha do Toledo, em que muitos de seus artigos são importados de outras capitanias e (re)exportados para outras. Esse parece ser o caso da farinha de trigo e de tecidos de linho, seda e lã. Como um entreposto comercial, Minas arrecadava sobre a circulação de produtos dentro do seu território.

Não se tratava, é evidente, de uma economia auto-suficiente. As mercadorias importadas nos revelam o que era importante consumir para auxiliar nas atividades agropecuárias e manufatureiras da Capitania. A compra de escravos, ferramentas para a agricultura, animais de carga e o sal eram indispensáveis para manter as produções mineiras, assim como artigos mais requintados, bebidas e comestíveis finos ou exóticos precisavam ser fornecidos para os núcleos mais abastados. O que dizer sobre panos e meias de seda, figos, vinhos, bacalhau, azeite, vinhos e louças? Beatriz Magalhães (1989) em seu texto “A demanda do Trivial” nos dá um referencial sobre os hábitos de consumo de uma parcela da população mineira mais sofisticada, que requeria uma alimentação complementar e tecidos mais finos e caros. No levantamento que a autora faz dos inventários da Comarca de Ouro Preto, ela constata a existência de um “número considerável” de tecidos importados de Hamburgo, Cambrai, Irlanda, Rouen, Bretanha, França, Florença, Flandres, Índia, entre outros, além de “tecidos leves, modernos, as ‘new draperies’, de variados coloridos”. Magalhães chama a atenção para o fato de que a presença de tecidos caros e finos como o tafetá, veludo e cetim não impressionam pela

quantidade, mas, sim, pela variedade ofertada, atendendo aos gostos mais requintados de “qualquer sociedade européia contemporânea”. (MAGALHÃES, 1989: 173)

De fato, a oferta desses produtos atendia aos consumidores mais exigentes que não abriam mão de possuir, mesmo longe da Corte ou de grandes cidades, os hábitos adquiridos ou pretendidos das terras estrangeiras. Não havia, portanto, distâncias suficientemente grandes para condicionar hábitos rústicos e ascéticos, o gosto pelo luxo e os prazeres da vida poderiam ser satisfeitos mesmo nas longínquas vilas escondidas atrás das montanhas.

Outro grupo de mercadorias necessárias e não disponíveis na Capitania mineira, era composto de: aço, chumbo, cobre, ferro e estanho, estes últimos em barras ou em obras, isto é, artefatos já confeccionados. Não havia objetos ou mercadorias que não pudesse ser adquiridas nos mercados da colônia, a não ser aqueles que fossem perecíveis e não pudessem passar por um processo de conserva. De resto, tudo o mais, que o desejo e o dinheiro pudesse proporcionar, não conhecia os obstáculos dos caminhos.

Rio Preto e Mantiqueira, que ligavam Minas à cidade do Rio de Janeiro, apresentam os maiores volumes de produtos exportados e importados pela Capitania mineira. As ligações comerciais com a Bahia ficam em segundo lugar com os Registros de Malhada e Rio Pardo. Em último lugar se encontram os Registros que ligam Minas à São Paulo: Jacui, Jaguari, Porto do Cunha e Campanha do Toledo. Estes últimos, mesmo somados, não atingem, em volumes e rendimentos, os Registros anteriores. Entretanto, revelam-nos os diversos vínculos territoriais e fluviais da Capitania mineira com as capitanias vizinhas.

A existência desses vínculos que são significativos e constantes o suficiente para gerar uma série documental de natureza fiscal demonstram a importância atribuída por seus contemporâneos às atividades mercantis de importação e exportação, ainda que aos olhos de alguns pesquisadores de nosso tempo possam parecer inexpressivas. Este é o caso do estudo de Roberto Martins e Maria do Carmo Martins (1984) sobre as “exportações de Minas Gerais no século XIX”. Eles observam que, mesmo partindo da análise de uma série de dados estatísticos sobre as exportações de Minas ao longo do século XIX, a capitania/província mantinha-se isolada e auto-suficiente, tendo as trocas interprovinciais e internacionais “pouco impacto” sobre a “vida da província” e sendo “irrisórias” as exportações de alimentos básicos para o Rio de Janeiro e São Paulo.

As alegações dos autores baseiam-se no “baixo peso” das arrecadações dessas exportações se comparadas à exportação de café. Isto é, apenas o café, a partir de meados do século XIX, e o algodão de Minas Novas, no início daquele século, seriam realmente importantes por se tratarem de exportações para fora de mercados brasileiros e, por isso, possuírem maior valor tributário. Confunde-se, portanto, o volume dos produtos “exportados” com os valores de arrecadação que eles representam, tendendo-se a considerar “irrisórios” os produtos transportados com menor valor por unidade.

Essa não é, no entanto, a perspectiva do Presidente da Província mineira que, em 1830 no Relatório ao Conselho Geral da Província, mesmo alegando dificuldades em reunir informações “pouco exatas” sobre a população e produções e, mesmo com as habituais dificuldades de transporte, “a produção de gêneros não só era suficiente para o consumo da província, como era para a maior exportação”<sup>4</sup>.

A questão, mais importante, parece ser a existência dos inegáveis vínculos entre as longínquas e diversas regiões, ainda que o “peso” de algumas e de suas produções pudessem ser relativamente menores ou até mesmo “irrisórias” se comparadas às demais.

Em 1811, Hipólito José da Costa, correspondente do *Correio Braziliense*, faz suas “observações sobre o estado da agricultura e população do Brasil” e, após se deter na importância da cultura do algodão, arroz, feijão, milho e da produção de charque, diz que aquelas produções, no Brasil, deveriam ser mais estimuladas para poder abastecer Portugal em tempos de guerra<sup>5</sup>. Considerando, Hipólito, que as produções brasileiras, em todas as suas capitanias, já eram suficientes para um “extensíssimo comércio interno”, bastava apenas criar as bases para o comércio externo, sobretudo para o abastecimento de Portugal.

Para o redator do *Correio Braziliense*, o Brasil tinha todas as condições de tirar partido de suas condições territoriais e climáticas e aumentar seu comércio exterior. O Tratado de Comércio estabelecido em 1810, entretanto, não beneficiava muito o Brasil,

---

<sup>4</sup> Relatório ao Conselho Geral da Província (1828-33) pelo Presidente Marechal José Manoel de Almeida a 5 de dezembro de 1830. APM.

<sup>5</sup> *Correio Braziliense*, v.6, 1811, BNL, Seção de periódicos microfilmados, cx. 1726. No ano seguinte Hipólito diz que os Brasileiros já produziam em grande diversidade e não era necessário instruí-los nesse ponto, bastava apenas dar incentivos para o aumento da produção, ou, pelo menos, não criar obstáculos para o que já existia, idem, 1812, v.8, microfilme, cx. 1728, BNL.

pois havia sido feito por negociadores portugueses e sob condições desfavoráveis para os brasileiros. Dos seis ramos de estabelecimento de comércio externo de uma nação, o Brasil só exercia dois, com potencialidades para exercer outros três, desde que o Estado fosse bem administrado<sup>6</sup>.

Os dois primeiros ramos do comércio, citados por Hipólito, eram: a exportação de produtos como algodão, tabaco, café, cacau, pau-brasil, açúcar, pedras preciosas, etc. O algodão seria o destaque dessas exportações devido à conjuntura externa, com a queda das exportações norte americanas, e à melhoria da qualidade do produto no Brasil<sup>7</sup>. O segundo ramo eram as importações de artigos estrangeiros, que deveriam ser feitas sob maior proteção das produções nacionais, mas seriam indispensáveis já que nenhuma nação poderia ser independente.

Os outros três ramos em potencial seriam: as exportações de manufaturados - embora parecesse estranho, o Brasil poderia exportar navios, produtos de marcenaria e açúcar refinado; a pescaria se constituiria num outro ramo importante de exportações brasileiras, devido à extensão de seus litoral; finalmente, o comércio de transporte, pois o Brasil possuía uma posição geográfica favorável para transportar produtos de um país para o outro com grande lucro, assim como o fazia a Holanda. Apenas a exportação de manufaturados feitos à partir de matérias-primas importadas, como fazia a Inglaterra, não se aplicaria ao Brasil, devido ao fato de ainda não ter desenvolvido seu setor manufatureiro.

#### *As produções e o consumo: as diferenças internas do mercado mineiro*

Apesar de não dispormos da indicação exata de origem dos produtos produzidos e destinos das mercadorias consumidas em Minas por suas diversas entradas, temos uma série de mapas do caminho novo do Rio de Janeiro para o ano de 1815 em seus três últimos trimestres e para um trimestre do ano de 1819, os quais trazem uma divisão por

---

<sup>6</sup> *Correio Braziliense*, Seção de periódicos microfilmados, v.13, 1814, cx. 1732, BNL.

<sup>7</sup> A qualidade do algodão brasileiro se dividia por três grupos de regiões: Pernambuco e Ceará, Bahia e Maranhão, Minas Novas e Rio. No primeiro volume do *Correio Braziliense* em 1808, foi publicado o seguinte artigo: *Observações sobre o algodão do Brasil para informação do cultivador, publicado por Rogério Hunt, Londres, 1808; e traduzido para o Correio Braziliense a desejo de alguns negociantes do Brasil*. Neste artigo encontram-se detalhes sobre a forma de limpar, sobre a cor, textura e diferentes qualidades de algodão no Brasil. *Correio Braziliense*, Seção de periódicos da BNL, n. 4, v. 1. cx. 1724.

consumo e exportação com seus respectivos volumes e valores. Essa série, apesar de não ser representativa para todo o período que temos analisado, pode, no entanto, nos dar uma pequena mostra de como se processava a divisão econômica entre as quatro principais Comarcas mineiras: Rio das Velhas, Ouro Preto, Serro Frio e Rio das Mortes. Além delas, temos, também as importações e exportações para as Capitânicas de Goiás e Mato Grosso que passavam por Minas Gerais. As séries do ano de 1815, apesar de estarem incompletas, demonstram algumas tendências e especializações das diversas regiões mineiras. É preciso lembrar que se tratavam dos vínculos de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, o que, por sua vez, interfere nos produtos que serão importados ou exportados pelas comarcas mais distantes, mantendo-se apenas os principais produtos, isto é, com alto valor por unidade relativamente ao seu peso e volume.

Vejamos, então, como se dava essa distribuição. Nas duas tabelas abaixo, estão relacionados os produtos importados e exportados por Minas, Mato Grosso e Goiás no ano de 1815 em suas respectivas medidas e quantidades. As medidas, sobre as quais falaremos mais adiante, foram mantidas, pois, dentro dos mapas utilizados, elas foram uniformes. Apenas para um efeito ilustrativo, lembramos que: uma arroba equivale a 14,7 kg; um alqueire é medido a partir de 36,27 litros, uma Vara corresponde a 1,10 Metros e um barril pode variar, dependendo de seu tamanho, assim com molho é um pequeno feixe que não podemos precisar seu peso ou unidade.

Tabela 2

**Distribuição das importações de Minas por Comarcas e Capitanias vizinhas em 1815**

	Ouro Preto		Rio das Velhas		Rio da Mortes		Serro Frio		Cap. Goiás		Cap. Mato Grosso		Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Fazenda seca @	3750	32	2342	20	3921	33	1066	9	533	5	110	1	11722
Chapéus @	246	29	186	22	271	31,5	116	13,5	32	3,5	5	0,5	856
Ferro em barra e chapa @	1619	31	1043	20	1929	37	360	7	249	5	0	0	5200
Ferro em obra @	186	17,5	347	32,5	304	28,5	105	10	94	9	26	2,5	1062
Ferro Velho @	174	36	147	30,5	123	25,5	6	2	29	6	0	0	479
Aço @	172	21,5	187	23	260	32	124	15,5	60	8	0	0	803
Espingarda @	2	8	5	19	7	27	10	38	2	8	0	0	26
Cobre em chapa @	109	40	83	31	64	24	4	1,5	9	3,5	0	0	269
Cobre em obra @	255	28	314	35	142	16	117	13	60	7	7	1	895
Chumbo em Chapa e barra @	295	20	380	25,5	448	30	236	16	114	7,5	17	1	1490
Folha de flandres @	50	39	12	9	34	26,5	15	11,5	18	14	0	0	129
Enxofre @	69	22,5	33	11	33	11	169	55,5	0	0	0	0	304
Cera e vela @	177	27,5	154	24	127	20	84	13	72	11,5	26	4	640
Papel @	34	35	38	39	13	13,5	12	12,5	0	0	0	0	97
Louça e vidros @	288	25	291	25,5	333	29	179	15,5	56	5	0	0	1147
Drogas e remédios @	341	42,5	141	17,5	220	27,5	74	9	20	3	3	0,5	799
Escravos U	475	30	325	20,5	521	33	204	13	46	3	2	0,5	1573
Sal Alq.	9702	23	9002	21	21155	49,5	2112	5	712	1,5	0	0	42683
Vinho Br.	1975	34	1495	26	1225	21	770	13,5	256	5	2	0,5	5723
Vinagre Br.	444	38	309	26,5	259	22	137	12	13	1,5	0	0	1162
Peixe salgado @	586	44	348	26	232	17,5	134	10	33	2,5	0	0	1333
Azeitonas Br.	5	18	8	28,5	9	32	4	14,5	2	7	0	0	28
Manteiga @	14	40	12	34	0	0	9	26	0	0	0	0	35
Passas e figos @	16	24	4	6	28	42,5	18	27,5	0	0	0	0	66

Fonte: ACC, Pl. 30223, rolo 514, APM.

Foram utilizados mapas de importação referentes aos três últimos trimestres do ano de 1815, pois o primeiro não foi localizado. Medidas utilizadas: @ arroba; Alq. Alqueire; U unidade; Br. Barris.

Para o mesmo ano de 1815 e para o mesmo período trimestral, temos os dados referentes à exportação de Minas pelo Caminho Novo para o Rio de Janeiro:

**Tabela 3**  
**Distribuição das exportações de Minas por Comarcas e Capitânicas vizinhas para o Rio de Janeiro em 1815**

	Ouro Preto		Rio das Velhas		Rio das Mortes		Serro Frio		Cap. Goiás		Cap. Mato Grosso		Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Algodão em rama @	124	2	988	19	102	2	3903	74	0	0	156	3	5273
Tecido de algodão Vr.	67567	2,5	204006	89,5	150736	6,5	21903	1	1160	0,5	0	0	2281427
Mantas de algodão U	35	0,5	136	3,5	2	0	5005	96,5	0	0	0	0	5178
Cintas de algodão U	0	0	216	88	30	12	0	0	0	0	0	0	246
Açúcar @	4775	37	3306	25,5	4114	31,5	792	6	0	0	0	0	12987
Café @	814	58	422	30	165	12	0	0	0	0	0	0	1401
Salitre @	0	0	5168	71,5	45	0,5	2029	28	0	0	0	0	7242
Poaia @	31	43,5	16	22,5	18	25	6	9	0	0	0	0	71
Cera @	12	3	414	95	2	0,5	7	1,5	0	0	0	0	435
Sola @	3934	7	41686	75	8009	14,5	1724	3	20	0,5	0	0	55373
Azeite de Mamona Br.	44	39,5	25	22,5	43	38	0	0	0	0	0	0	112
Toucinho @	8608	17	2324	4,5	39550	78	202	0,5	0	0	0	0	50684
Queijos U	1228	1,5	100	0,5	97599	98	0	0	0	0	0	0	98927
Marmelada @	2800	91,5	40	1,5	218	7	0	0	0	0	0	0	3058
Carne de Porco Br.	4	13	5	16	22	71	0	0	0	0	0	0	31
Gado <i>vacum</i> U	0	0	0	0	3593	100	0	0	0	0	0	0	3593
Galinhas U	4780	30	0	0	10984	70	0	0	0	0	0	0	15764
Cavalos U	35	36	13	13	50	51	0	0	0	0	0	0	98
Carneiros e cabras U	0	0	0	0	431	100	0	0	0	0	0	0	431
Pedras @	18	14	70	55	12	9	20	15,5	0	0	8	6,5	128
Tabaco @	510	47,5	0	0	563	52,5	0	0	0	0	0	0	1073
Vergalhões U	2124	81,5	480	18,5	0	0	0	0	0	0	0	0	2604
Sabão @	20	54	7	19	10	27	0	0	0	0	0	0	37
Alho Mlh	500	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500
Esmeril de tinteiro @	0	0	120	100	0	0	0	0	0	0	0	0	120
Gamelas U	130	65	0	0	69	35	0	0	0	0	0	0	199

Fonte: ACC, Pl. 30223, rolo 514, APM.

Foram utilizados mapas de exportação referentes aos três últimos trimestres do ano de 1815, pois o primeiro não foi localizado. Medidas utilizadas: @ arroba; Alq. Alqueire; U unidade; Br. Barris; Mlh. Molho; Vr. Vara.

Analisando as duas tabelas acima, podemos inferir algumas particularidades desse mercado. Assim, por exemplo, percebemos que a movimentação de produtos para Goiás e Mato Grosso é muito pequena, o que pode significar que passar por Minas não era a melhor alternativa ou que os vínculos comerciais com o Rio de Janeiro fossem menos expressivos para essas duas longínquas capitânicas. Para os vínculos com Minas Gerais e São Paulo, os registros do Rio Preto, Jacuí e Campanha do Toledo deveriam ser mais atrativos.

O comércio com as Comarcas mineiras, no entanto, são mais reveladores. Na importação de produtos comestíveis, fazendas secas e ferragens, parece haver um certo equilíbrio entre as Comarcas de Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes. São raras as exceções de produtos, assim como o sal, que tem uma maior demanda na Comarca do Rio das Mortes. Neste caso, torna-se óbvio que uma das grandes regiões pecuárias de Minas, que não tem um terreno salitroso, demande por um maior volume de sal, um artigo mais caro. Por outro lado, a mesma Comarca, sendo a maior produtora de manteiga para exportação, não importa o produto de outras localidades. Quanto à Comarca do Serro Frio, o baixo índice de importações pelo Caminho Novo do Rio de Janeiro tanto pode indicar que o caminho da Bahia era o mais apropriado para as importações, como pode indicar mesmo um menor nível de importações para a região. Exceções são feitas para o enxofre e espingardas, cujo nível de importação para essa região é superior às demais. De uma maneira geral, esses dados podem indicar um maior isolamento da Comarca do Serro Frio em relação ao mercado do Rio de Janeiro para as importações.

No que diz respeito às exportações, a Comarca do Serro Frio mantém, por sua vez, o número mais elevado da venda de algodão cru em rama e até mesmo de mantas de algodão. A grande produção de algodão na região de Minas Novas e a venda desse produto tanto para outras capitânicas (Rio de Janeiro e Bahia) como para outras Comarcas, principalmente a do Rio das Velhas, e isto é largamente referido em relatos de viajantes e expedições aos rios Doce, Jequitinhonha, Salça e Pardo, como vimos no capítulo anterior.

Neste sentido, é interessante retomarmos a tabela apresentada no capítulo anterior sobre produção, consumo e exportação da Vila de Bom Sucesso de Minas Novas (Conferir pág. 230). Das 4.000 arrobas de algodão produzidas em 1803 por aquela Vila, 3000 arrobas, isto é, 75% foram vendidas no comércio intracapitania ou intercapitania.

Se compararmos esses dados com a tabela de exportação de toda a Comarca do Serro Frio, no ano de 1815, para o Rio de Janeiro, teremos um volume semelhante de algodão, isto é, 3903 arrobas. Esta quantia, comparativamente baixa para toda a Comarca, pode indicar que a maior parte do algodão cru de Serro Frio era vendido dentro da Capitania mineira e no mercado baiano.

Da mesma forma, se formos analisar que a maior parte do produto manufaturado, ou seja, tecidos de algodão são exportados pela Comarca do Rio das Velhas, podemos, talvez, ver aí uma especialização regional da produção. As razões para tal inferência devem-se ao fato de que o maior número de teares de Minas Gerais estarem concentrados naquela região e na Comarca de Ouro Preto, como pudemos ver no capítulo anterior. Somente dessa maneira é possível explicar que a Comarca do Rio das Velhas ou de Sabará, como é muitas vezes referido, apresente um índice de 89,5% dos tecidos de algodão exportados por Minas para o Rio de Janeiro, somando 2.040.061 varas, ou 2.244.067 metros de tecido em três trimestres do ano de 1815.

Alguns dados previsíveis desse mapa e que apenas confirmam determinadas especialidades regionais são: a exportação de tabaco concentra-se Comarcas do Rio das Mortes e Ouro Preto, sendo a primeira mais conhecida pela maior produção e exportação desse gênero<sup>8</sup>. A soma de 1.073 arrobas, ou 15.773 kg. de tabaco são provenientes dessas comarcas; Assim também acontece com a pecuária, que é uma predominância da Comarca do Rio das Mortes - a exportação de cabras, galinhas e gado *vacum*, assim como a de carne de porco, toucinho e queijo, apenas confirmam a maior produção desses gêneros na região e de seu maior vínculo com o Rio de Janeiro em seu fornecimento. Também a exportação do salitre parte da região onde se concentra a sua maior incidência, destinando-se à produção de pólvora, e não ao uso doméstico. Os demais produtos exportados no ano de 1815 possuem um certo equilíbrio entre as três principais comarcas mineiras, não revelando nenhuma especialização para aquele período, nem mesmo o café, que algumas décadas mais tarde se concentrará na região da Zona da Mata mineira.

---

<sup>8</sup> Ver: PAIVA (1996).

## *As integrações de mercado e as “vantagens comparativas”*

A integração comercial nas últimas décadas do período colonial foi pouco quantificada por seus contemporâneos, embora tenha havido todo um esforço, ou pelo menos, um desejo, de estabelecer dados estatísticos sobre a produção, consumo e população de toda a América portuguesa. Entretanto, os relatos, Memórias e cartas administrativas constituem depoimentos sobre as relações comerciais estabelecidas entre regiões diversas que, ora enfatizavam a fraca integração comercial entre capitânicas, ora enfatizavam o “avultado” comércio que existia entre elas.

No caso de Minas Gerais, a maior ênfase recaía sobre a “volumosa” produção de gêneros de abastecimento que, na Capitania, produzia-se para vender não apenas em seu interior, mas também nas capitânicas vizinhas. Não obstante, demonstra-se, em tais documentos, que essa produção sofreu os obstáculos derivados da dificuldade de acesso, de um equivalente universal de troca e de sua divisão interna recoberta por barreiras alfandegárias. A esse processo, pode-se acrescentar as diferenças regionais de Minas Gerais no que diz respeito às produções, suas especificidades e formas de acesso a mercados<sup>9</sup>.

Essas diferenças nem sempre diziam respeito apenas ao produto, mas às formas de comercialização e à qualidade do mesmo. Por exemplo, o gado criado e comercializado na Comarca do Rio das Mortes era de maior qualidade e chegava mais barato ao Rio de Janeiro e São Paulo do que o gado da Comarca de Sabará. Os primeiros eram isentos dos Direitos de entrada, por outro lado os da Comarca de Sabará deveriam pagar os Direitos por terem, em sua maioria, pastos salitrados e já que a Comarca do Rio das Mortes pagava pelo sal que vinha do Rio de Janeiro.

Disponer de pastos salitrados não se constituía em benefício para os pecuaristas, pois o salitre não era adequado para se dar ao gado, ademais, sendo o gado comercializado fora da Capitania, produzia-se custos maiores de transporte e de pouso para o restabeleci-

---

<sup>9</sup> No material de qualificação ao doutorado de Carla Almeida na UFF (1998:65), a autora faz uma crítica aos trabalhos mais recentes que enfatizam a natureza especializada por regiões, enquanto ela reafirma a diversificação das produções mineiras tanto dentro das unidades produtivas, quanto em toda a capitania. Apesar da autora estar coberta de razão no que diz respeito a extrema diversificação da produção em toda a Minas Gerais, é inegável, porém, que há uma clara especialização e isto é possível ver através dos mapas de importação e exportação divididos por comarcas.

mento do peso do animal<sup>10</sup>. Por este motivo, os criadores das Comarcas centrais de Minas sempre se queixavam do monopólio e altos custos do sal para àquelas regiões<sup>11</sup>.

Aliás o sal e o monopólio dele sempre foram causa de protestos da grande maioria dos habitantes das Gerais, pois a população devia pagar os preços estabelecidos pelos contratos e mais tributos de transportes. Nesse sentido, as propostas de reformas econômicas para a solução deste e de outros problemas gerados pelos monopólios régios surgem no final do século XVIII e culminam na extinção do estaque do sal e do óleo de baleia em 1801.

Tendo sido a Provedoria da Real Fazenda de Minas Gerais consultada a respeito da melhor forma de se cobrar os direitos do sal e do ferro, em função de uma carta da Rainha dirigida ao Senado da Câmara de Vila Rica em 1795, ponderam seus representantes a respeito dos tributos e da proposta da criação de salinas e fábricas de ferro na colônia<sup>12</sup>. Diz o representante da Provedoria aos membros do Senado que a Capitania mineira não deveria ser responsabilizada pelo equivalente ao rendimento do contrato do sal, pois em Minas não se estabeleceria nenhuma salineira, mas apenas nas áreas costeiras. Implorava que não barganhassem com as salitreiras, pois era “um sal em si mesmo pernicioso”, ainda mais que a saca do salitre, correspondente a uma quarta (aproximadamente 9 litros), vendido nos sertões por 800 réis, equivalia a uma arroba do sal importado. Não valeria a pena investir no salitre, quando se poderia comprar o sal das costas brasileiras com maior vantagem. Sendo o sal brasileiro muito mais abundante que

---

<sup>10</sup> AHU, cx 100, doc. 21, rolo 89, APM.

<sup>11</sup> Todo o sal consumido em Minas era comprado no Rio de Janeiro por comerciantes mineiros diretamente das mãos dos contratadores do produto. Num documento de data imprecisa, possivelmente do final do ano de 1781, contratadores do sal no Rio pedem providências no comércio do sal para Minas Gerais. Alegam os contratadores que tinham tido imensos prejuízos em decorrência das “perturbações militares que sentiu o Brasil e a invasão, que na Ilha de Santa Catarina, Colônia, e vizinhanças do Rio Grande fizeram os inimigos” e da conseqüente diminuição do comércio decorrente do “temor que conceberam os negociantes de Minas, que não desceram ao Rio de Janeiro para traficar o referido gênero, que costumam conduzir com abundância para as mesmas Minas”. Com o excedente de sal não consumido e com o fim do sexênio do contrato, pediam os contratadores regulamentação específica para esses casos, pois eles não eram responsáveis pelos problemas e tinham a obrigação de manter reservas de sal para todas as eventualidades. AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, caixa 126, doc. 3.

<sup>12</sup> SG Cx 29, doc. 23, APM. A permissão da criação de salineiras e fábricas de ferro na colônia deveria, é claro, vir acompanhada de uma indenização ao Real Erário equivalente a quase metade do contrato da época. Isto quer dizer que se o contrato era de 1\$200 o alqueire do sal, a indenização corresponderia a 750 réis.

o importado de Portugal e tendo as capitânicas produtoras de sal o interesse de comercializar com Minas Gerais, o custo do sal seria bem menor pelo preço e qualidade.

Quanto à implantação de fábricas de ferro, o representante da Provedoria também não achava muito prudente pelos seus custos. Entretanto, dizia que os impostos sobre ferros e escravos deveriam ser aliviados por serem da maior importância para a economia local, jogando para outros produtos a compensação desse alívio. Para ele, a cachaça deveria sofrer um aumento de impostos por não ser de grande interesse, lembrando que isso não traria prejuízos aos comerciantes devido ao consumo excessivo da bebida. Já o vinho, usado com moderação, era considerado útil, mas não de primeira necessidade, podendo assim arcar com mais algum tributo. Outros produtos importados, como azeite, vinagre, azeitona e manteiga, deveriam, também, ter seus tributos aumentados. Produtos agropecuários que saíam de Minas não deveriam ter um tributo muito elevado, pelos altos custos de transporte, como o couro, a sola, o gado, o queijo, etc.

*“Os novos direitos que me lembram sobre o gado, queijos, toucinho, couros e sola, parecem-me que não farão de modo algum estancar o giro do nosso negócio atual porque a precisa necessidade que temos em nós mesmos de permutarmos aqueles gêneros próprios que sobejamente nos crescem dos usos e costumes ordinários nos obrigará a negocia-los com os nossos vizinhos assim como eles por uma regra de comparação são obrigados também a negociar conosco os seus supérfluos, e os outros que fazem exportar de países muito mais remotos porque conhecem a necessidade que deles temos.*

*Este é o sistema das nações comerciantes ele as tem feito florescer com vantagens muito mais superiores às nossas e nunca elas foram mais opulentas senão depois que alcançaram estes conhecimentos práticos. Assim praticaram a muitos séculos os fenícios que sendo habitantes de uma terra estéril se arriscaram sobre um débil lenho a descrição dos ventos e das ondas a ir buscar a outros climas o que a natureza lhes negara no seu e deste modo penetraram o oceano e se fizeram conhecidos. Tais são, senhores, as*

*vantagens de um povo industrializado vencendo os obstáculos da natureza para fazer tributárias as nações remotas sem usar a violência”.*<sup>13</sup>

Enfim, desde que moderados, os impostos não poderiam ser a causa da ruína de nenhum comércio, desde que as regiões possuíssem seus diferenciais, suas “vantagens comparativas”. Uma vez que um gênero se tornasse conhecido e seu consumo se efetivasse, ele se tornaria necessário. Dessa necessidade vivia o comércio, integrando regiões distantes. Além disso, se fossem aumentados os impostos dos gêneros de abastecimento que Minas produzia, quem arcaria com a maior parte deles seriam os vizinhos, que deles necessitavam.

*“O país [Minas] é fértil, ele produz tudo em tanta abundância que depois de nos prover do necessário, vai levar aos povos vizinhos o supérfluo. Eles dependem do nosso gado porque não tem em si mesmo sertões iguais aos nossos, pois que pelo estabelecimento das fábricas de açúcar que de dia em dia se tem erigido em Campos dos Goitacazes , único sertão que os provia em algum modo desse gênero, eles são precisados a procurarem este produto em nossa Capitania e em São Paulo. O mesmo procede a respeito do toucinho. O nosso queijo lhes era desconhecido e a sua introdução em poucos anos fez aparecer um novo ramo d’comércio deste gênero que hoje o fazem levar a Bahia, Pernambuco, Angola e a todas as outras nações com que comerciam. A navegação freqüente que há naquela cidade já dos nossos, já das nações estrangeiras obriga que assim como cresce a população, cresça o consumo de todos esses gêneros, que hoje estão na classe dos necessários para eles”.*<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> SG Cx 29, doc. 23, APM.

<sup>14</sup> SG Cx 29, doc. 23, APM.

Portanto, o parecer exposto apontava para que não se perseguisse a auto-suficiência em todos os gêneros, porque é da diversidade que vivia o comércio<sup>15</sup>. Entretanto, no que diz respeito às fábricas de ferro e às salitreiras, eram outros os interesses metropolitanos.

Estimulados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, os estudos geológicos da colônia tinham como objetivo dar a exata proporção de possibilidades para a exploração mineral. Em Minas Gerais, as fábricas de ferro foram estimuladas, principalmente, para o desenvolvimento das minerações e da agricultura. Os principais estudos realizados nessa área foram do Intendente Câmara e de José Vieira Couto. Em Carta de 1799 ao Governador de Minas Gerais<sup>16</sup>, D. Rodrigo elogia muito os trabalhos elaborados pelo “Doutor Couto” e pelo “célebre Câmara”<sup>17</sup>, com os quais, dizia, poderia estabelecer-se as fábricas de ferro e com as nitreiras naturais e artificiais, estabelecer fábricas de pólvora e fertilizantes. Não era, portanto, interesse de D. Rodrigo utilizar o salitre como substitutivo do sal para o gado, mesmo assim o representante da Provedoria temia que o incentivo à extração do salitre pudesse compensar, em Minas, o uso do sal.

Quando foi abolido o monopólio em 1801, não desapareceram os problemas de fornecimento do sal ou de redução de seus custos, pelo menos, não até o estabelecimento e maior fornecimento de sal pelas salineiras de Cabo Frio. O término do estanque gerou novas tarifas compensatórias exigidas pela Coroa<sup>18</sup>. Essas novas exigências deveriam ser analisadas pelas Mesas de Inspeção das alfândegas e das Juntas da Fazenda, mesmo antes do fim do monopólio. Em 1799, o Conde de Resende encaminha às Câmaras e Mesa de Inspeção da Capitania do Rio de Janeiro as novas propostas para a subs-

---

<sup>15</sup> Outro parecer da Câmara foi emitido com semelhante conteúdo no mesmo ano de 1795. SG 29, Cx 29, doc 25, APM.

<sup>16</sup> SC 287, fl. 196-203, APM.

<sup>17</sup> Em estudo sobre o *Intendente Câmara*, Marcos Carneiro de Mendonça (1945), diz que os trabalhos sobre mineralogia no Brasil foram injustos com Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, pois ele teria sido o precursor nos projetos de se instalarem fábricas de ferro no Brasil. Para ele, os estudos posteriores, como o de José V. Couto apenas foram complementares. Pela carta de D. Rodrigo, citada no texto, ele parece ter razão, pois D. Rodrigo demonstra ter inteira confiança no Intendente Câmara para os assuntos mineralógicos. Ele diz que submeteu todas as memórias do Doutor Couto a sua apreciação.

<sup>18</sup> Segundo Giffoni (1999:44), a extinção do estanque do sal provocou a criação de novos impostos para substituir as rendas perdidas. Foram taxadas as produções de sal das marinhas do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Cabo Frio em 1\$000 por cada dez alqueires. Além disso, a distribuição e venda do sal ficou nas mãos das Câmaras para posterior remessa das rendas às Juntas da Fazenda. Por fim, o sal produzido no Brasil torna-se mais caro que o sal proveniente de Portugal logo após o fim do monopólio.

tituição dos contratos do sal e da pesca de baleias, os quais eram utilizados no pagamento dos fardamentos das tropas e despesas da marinha e fortificações<sup>19</sup>.

Com a árdua tarefa de analisar as propostas de novas tarifas substitutivas do monopólio régio, respondem os representantes da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro, em abril de 1800, a solicitação do Conde de Resende. Tomando o máximo de cuidado e ponderando sobre todas as “luminosas providências” sobre a composição dos “fundos públicos”, os representantes tecem suas objeções sobre as cobranças propostas<sup>20</sup>.

São cinco as propostas de novas tarifas compensatórias. São elas: capitação anual sobre os escravos de luxo das cidades; licença anual para fabricar e vender tabaco, aguardente e vinho; uma “leve” imposição sobre o açúcar, tabaco e couros a serem exportados; um “módico” imposto sobre as madeiras destinadas às construções de prédios urbanos; finalmente, uma revisão nas pautas da alfândega da Capitania do Rio de Janeiro para acompanharem o aumento dos preços dos produtos que por ela passam.

A análise de cada uma dessas propostas interessa-nos pelas informações sobre os intercâmbios comerciais entre o Rio de Janeiro e Capitânicas vizinhas. Igualmente interessante é o “malabarismo” contábil feito pelos representantes da Mesa Inspetora na tentativa de driblar todas as proposições feitas. Acrescentam que era necessário tomar algumas providências para não haver aumento dos produtos que deixariam de ter contratos exclusivos. Pedem para que o carregamento do sal fosse feito como antes e com a mesma lotação dos navios, ainda que o dono das embarcações não se beneficiassem da terça parte do contrato e que fosse pago apenas o justo preço pelo transporte. Quanto ao óleo de baleia, pediam que as povos das capitânicas marítimas fossem estimulados a utilizar, como faziam as capitânicas de “serra acima”, especialmente Minas Gerais, que utilizavam o óleo de mamona para a iluminação e que poderiam exportar em grande quantidade.

Ainda que parecesse impossível atender às disposições da Coroa, a Mesa consegue chegar ao valor proposto para sanar os prejuízos do fim dos contratos, ou seja, 163:069\$446 réis anuais a partir de algumas “pequenas” modificações nas propostas feitas.

---

<sup>19</sup> AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, Caixa 183, doc. 83, 1800.

<sup>20</sup> AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, Caixa 183, doc. 83, 1800.

Quanto à capitação dos escravos de luxo, iniciam com uma exposição sobre o emprego do trabalho escravo nas cidades e sua real utilidade, dizendo ser o luxo bastante relativo. Mesmo assim, considera que dos 14.400 cativos existentes na cidade - 4.018 eram pardos e 10.382 pretos – deveria se descontar os velhos acima de 70 anos e as crianças abaixo de 10 anos, sobrando 11.161 escravos de ambos os sexos. Deste cálculo, detalham os representantes que 1.132 eram mulatos, 1.477 mulatas, 4.530 pretos e 4.022 pretas, sendo que os mulatos eram oficiais mecânicos empregados por seus senhores, aos quais serviam nas horas vagas; os pretos eram empregados em trabalhos mais rudes em diversos trabalhos para seus senhores ou outros por aluguel; as pretas faziam os trabalhos domésticos e, principalmente, trabalhavam como quitandeiras nas ruas da cidade. Somente as mulatas poderiam ser classificadas como “de luxo” por serem bem educadas e viverem no interior das famílias e por serem “inúteis” na agricultura. Entretanto, ponderam os representantes, a maioria das mulatas pertenciam às famílias mais pobres e o maior ônus sobre elas forçariam a sua venda e a elevação do seu preço a ponto de passarem a ser rejeitadas no mercado e ser mais fácil libertá-las do que mantê-las cativas. A única alternativa parecia ser cobrar um “módico” imposto anual sobre os escravos que trabalhavam como oficiais mecânicos que seriam por volta de 2.000 e poderiam somar a quantia de 9:600\$000 réis. Tomando cuidado para que isso não inibisse a prática dos mestres de utilizarem escravos para esse fim, pois senão a atividade poderia cair nas mãos de todo o tipo de “vadios”, que eram os pretos e pardos livres, já que os brancos pobres não exerceriam tais atividades por “um ridículo prejuízo de educação e exemplo”. Mais 2:400\$000 réis poderiam ser cobrados dos proprietários ou usuários de seges e carruagens por serem “objetos de luxo”<sup>21</sup>.

Quanto à licença para fabricar e vender tabaco, aguardente e vinho, que seria a segunda proposta, dizem os representantes da Mesa que existe uma grande diferença entre a produção e o comércio do tabaco e aguardentes, mas, mesmo assim, poderiam ser cobrados 3:200\$000 da produção de tabaco e 23:800\$000 sobre a venda da aguardente. Consideram que a produção do tabaco é bastante diminuta na Capitania do Rio de Janeiro e, por isso, poderiam arrecadar tão pouco, mas não consideravam justo cobrar sobre a venda que era feita por “gente miserável que tira desse trafico uma módica subsistência”. Com a aguardente acontecia o contrário, pois a bebida produzida na Capita-

---

<sup>21</sup> AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, Caixa 183, doc. 83, 1800.

nia era apenas produto das “fezes” ou melaço do açúcar, que era a principal produção e servia para pagar os prejuízos que os senhores de engenho tinham com os seus contratos. Já a venda, disseminada em várias tavernas, botequins e armazéns espalhados por todo o território, deveria ser taxada com um único valor, pois, mesmo vendendo mais ou menos, seria impossível saber qual a exata quantidade da bebida era vendida em cada estabelecimento. Se essa medida provocasse o fechamento de alguma casa ou a opção por não vender aguardente, consideravam os representantes da Mesa que isso poderia ser mais benéfico que o imposto que poderia ser gerado, pois esses estabelecimentos eram “uns freqüentíssimos escolhos muito perigosos em que naufragam muitos indivíduos, principalmente os escravos, (...) tudo os atrai, o hábito, o exemplo, a multidão das tavernas, o asilo e fácil compra que acham nelas os furtos e, sobretudo, a barateza da bebida”<sup>22</sup>. Já o vinho, assim como a aguardente do reino, deveria ser cobrado um imposto adicional dos importadores e isso representaria mais 29:641\$200 réis.

A terceira proposta de uma nova imposição sobre o açúcar, tabaco e couros foi a mais polêmica para a Mesa. Sendo o açúcar o “maior fiador do comércio do Brasil” e sendo produzido principalmente nas capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro – além de algumas pequenas contribuições de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo – deveria ter uma módica e proporcional contribuição. No caso de se cobrar apenas dos produtores do Rio de Janeiro deveria ser levado em consideração que o senhor de engenho não tem as práticas de um negociante que aumenta seus preços para compensar os novos custos, pois

*“o negociante não comprando o açúcar para o gastar, mas sim para o seu negócio, mede as ocasiões e os preços favoráveis para fazer seu emprego; o senhor de engenho, pelo contrário, há de forçosamente vender no fim da safra, ou pouco depois o seu açúcar, para acudir as suas precisões e para pagar ao negociante, que sempre lhe é credor”.*<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, Caixa 183, doc. 83, 1800.

<sup>23</sup> AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, Caixa 183, doc. 83, 1800.

Portanto, o açúcar deveria pagar, já que era necessário, apenas 38:000\$000 anuais sobre os dízimos já pagos. Já o tabaco não deveria pagar nada, pois a grande parte do tabaco consumido no Rio de Janeiro vinha de Minas Gerais e de São Paulo, não sendo, portanto, justo uma cobrança adicional sobre o produto. Finalmente, o couro também deveria ter uma pequena taxa, pois o Rio de Janeiro não era grande criador, sendo que a carne consumida vinha através do gado *vacum* de Minas ou charque do Rio Grande de São Pedro. Do gado que chegava ao Rio e era abatido nos açougues da cidade, tirava-se o couro que sustentava a família dos trabalhadores desses estabelecimentos, mesmo assim consentiam em uma cobrança anual de 3:000\$000 anual. Para suprir essa ausência de couros no Rio, deveriam cobrar anualmente 6:000\$000 de todo o couro que saía de Minas, São Paulo e Rio Grande em direção ao Rio de Janeiro.

Quanto à quarta sugestão de um “módico” imposto sobre as madeiras utilizadas nos prédios urbanos, ponderam os representantes da Mesa que a madeira estava escassa e cara em função dos imprudentes desmatamentos e pela reserva de madeira de lei para a marinha real. Diziam que poucas casas de madeira eram erguidas no Rio de Janeiro, mesmo assim, eram todas térreas devidos aos altos custos de construção, além disso os capitalistas, homens mais afortunados que construía a maior parte dos prédios para aluguel, não utilizavam a madeira como material para as edificações em razão de serem “pouco sólidas e muito singelas por dentro e no prospecto”. A solução seria a não cobrança sobre as madeiras e sua substituição pelo comércio do café, cuja produção vinha crescendo em larga escala no Rio de Janeiro, além do café que vinha de Minas Gerais e de São Paulo. Com ele, poderiam ser somados mais 8:250\$000 réis.

Finalmente, a estes valores se somariam 39:078\$000 das reformas nas alfândegas do Rio de Janeiro, que era a quinta proposta. Com isso, tornava-se possível chegar à quantia de 163.069\$446 que havia sido calculada como a meta a ser atingida. Mesmo cumprindo o dever, os representantes da Mesa de Inspeção sentem-se na obrigação de se eximirem de qualquer responsabilidade do projeto.

*“Este é o plano, esta é a regulação dos impostos que propõem esta Mesa; a qual não afiança a exatidão dos seus cálculos, muitos dos quais são inteiramente hipotéticos e muito menos apadrinha como ajustadas, claras e sólidas as suas idéias e razões: elas, contudo, tiveram por base principal o*

*zelo do Real serviço do Príncipe Nosso Senhor e o bem da agricultura e do comércio.*<sup>24</sup>

Os membros da Mesa de Inspeção parecem deixar claro o descontentamento com as novas cobranças e a descrença que elas pudessem se efetivar na prática, pois eram também, de certa maneira, representantes de negociantes e produtores locais. Ao finalizar o longo processo dizem que todas as arrecadações seriam mais fáceis e mais seguras se estivessem os contratos em mãos de negociantes residentes no Rio de Janeiro e submetidos à Real Junta da Fazenda daquela cidade. Entretanto, já era o ano de 1800 e algumas mudanças e reformas econômicas se concretizavam, o que não seria diferente com o contrato do sal que no ano seguinte foi, de fato, extinto. Nada ainda comparado às mudanças provocadas com o deslocamento da família real para o Brasil e a elevação da cidade do Rio de Janeiro à condição de Corte. Muitos projetos foram traçados, um amplo leque de transformações para o Brasil podia ser vislumbrado. Parecia, na teoria, fácil realizar essas mudanças, na prática, porém, tornavam-se mais complicadas.

Seja como for, a idéia de estabelecimentos de fábricas no Brasil, a extinção de monopólios do Estado e o incentivo de manufaturas, principalmente têxteis, apontaram para a necessidade de se esclarecer melhor o que se entendia, conceitualmente, por essas formas de produção. Isso, aliado à idéia de uma estreita ligação dos mercados de Portugal e Brasil, principalmente após os novos tratados de comércio, determinou a precisão dos termos produto nacional, comércio interno e externo, mesmo antes do estabelecimento do Reino Unido em 1815. As discussões sobre mercado interno e mercado externo, portanto, começaram a tomar um outro rumo que não mais dizia respeito à idéia de colônia. As bases de um mercado interno brasileiro se tornam mais fortes, delineando o que mais tarde seria a integração de um mercado efetivamente nacional.

---

<sup>24</sup> AHU, documentos referentes ao Rio de Janeiro, Caixa 183, doc. 83, 1800.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750/1850*. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado)
- COUTO, J.V. Memória sobre a Capitania de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.10: 59-148, 1905.
- EXPOSIÇÃO do governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Geraes e os meios de remedia-la. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v.2: 311-27, 1897.
- GIFFONI, José Marcello. *Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. UFMG, 65, 1989.pp-153-99.
- MARTINS, Roberto. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*. v.13, n.1, São Paulo: FIPE/USP, jan-abr. de 1983.
- \_\_\_\_\_. & MARTINS, Maria do Carmo. As exportações de Minas Gerais no século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 58, jan. 1984.p.105-120.
- MENDOÇA, Marcos Carneiro. *O Intendente Câmara*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1999. (Tese de Doutorado)
- PAIVA, Clotilde A. Engenhos e casas de negócios na Minas oitocentista. In: *VI Seminário sobre economia mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992.
- \_\_\_\_\_. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo:USP, 1996.(Tese, Doutorado em História).
- PRIORE, Mary Del. *Revisão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.